



**Fórum de
Pró-Reitores
de Extensão
das Instituições
Públicas de
Educação Superior
Brasileiras**



Open access  free available online

Revista Brasileira de Extensão Universitária

v. 10, n. 2, p. 71-78, mai.-ago. 2019 e-ISSN 2358-0399

DOI: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658>

Originals recebidos em 31 de dezembro de 2018

Aceito para publicação em 25 de maio de 2019

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A TRANSIÇÃO DO RECONHECIMENTO AO DESCASO

Terena Souza da Silva Koglin¹

João Carlos de Oliveira Koglin²

Resumo: A Extensão Universitária vivenciou conjunturas díspares, como o ajuste econômico e a reforma do Estado da década de 1990, o cenário de investimentos em políticas públicas sociais a partir de 2003 e o atual ambiente de políticas de austeridade. Nesse âmbito, o objetivo deste artigo é realizar uma reflexão teórica sobre a importância da Extensão Universitária nas universidades brasileiras, seu processo de reconhecimento a partir de políticas como o Programa Nacional de Extensão Universitária – PROEXT e o descaso diante das políticas de austeridade nos dias atuais. Para tal, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica. A universidade, a partir do que defende Marilena Chauí, é uma instituição social, portanto, vem a ser uma expressão da sociedade em que está inserida. O contexto histórico brasileiro sinaliza uma educação com foco na formação de mão de obra para o mercado de trabalho, visando atender às exigências do Estado Capitalista. Nesse sentido, a Extensão, um dos elementos do tripé universitário e objeto desta reflexão, foi desenvolvida como atividade extracurricular. Entretanto, as reflexões construídas a partir das ideias de Paulo Freire e a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras contribuíram para a construção do reconhecimento da relação social da Universidade e da Extensão Universitária. A efetivação desse reconhecimento se deu a partir do estabelecimento do PROEXT e da presença da Extensão no Plano Nacional de Educação.

Palavras-chave: Ensino Superior; Financiamento Público; Função Social

Content shared under [Creative Commons Attribution 4.0 Licence](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) CC-BY

1 Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Técnica-Administrativa na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. Rua Almirante Barroso, nº 1734. CEP: 96010-280, Pelotas - Rio Grande do Sul, Brasil. terena.te@gmail.com (autora para correspondência)

2 Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Professor Adjunto do Centro de Integração do Mercosul. joaokoglin@yahoo.com.br

The importance of extension programs in Brazilian universities and the transition from recognition to neglect

Abstract: The University Extension has experienced different situations such as the economic adjustment and the state reform of the 1990s, the scenario of investments in public social policies from 2003 and the current environment of austerity policies. In this context, the objective of this article is to carry out a theoretical reflection on the importance of university extension in Brazilian universities, its recognition process based on policies such as the National Extension Program - PROEXT - and the negligence for current austerity policies. For this purpose, documentary and bibliographic research were carried out. The university, from what Marilena Chauí defends, is a social institution and, therefore, becomes an expression of the society in which it is inserted. The Brazilian historical context indicates an education focused on the preparation of the workforce for the labor market in order to meet the demands of the capitalist state. In this sense, university extension, one of the elements of the university tripod and object of this reflection, was developed as an extracurricular activity. However, the reflections made from Paulo Freire's ideas and the performance of the Forum of Pro-Rectors of Extension of the Brazilian Higher Education Public Institutions contributed to the construction of recognition of the university's social relation and university extension. The realization of this recognition comes from the establishment of PROEXT and the presence of extension in the National Education Plan.

Keywords: Higher Education; Public Financing; Social Role

La importancia de la extensión en las universidades brasileñas y la transición del reconocimiento al descaso

Resumen: La Extensión Universitaria vivenció coyunturas dispares, como el ajuste económico y la reforma del estado de la década de 1990, un escenario de inversiones en políticas públicas sociales a partir de 2003 y el actual entorno de políticas de austeridad. En este ámbito, el objetivo de este artículo es realizar una reflexión teórica sobre la importancia de la extensión universitaria en las universidades brasileñas, su proceso de reconocimiento a partir de las políticas como el Programa Nacional de Extensión Universitaria - PROEXT – y el descaso frente a las políticas de austeridad en los días actuales. Para tal, se realizó investigación documental y bibliográfica. La universidad, a partir de lo que defiende Marilena Chauí, es una institución social y, por lo tanto, viene a ser una expresión de la sociedad en que está insertada. El contexto histórico brasileño señala una educación con enfoque en la preparación de la mano de obra para el mercado de trabajo visando atender las exigencias del estado capitalista. En este sentido, la extensión, uno de los elementos del tripe universitario y objeto de esta reflexión, fue desarrollada como actividad extracurricular. Sin embargo, las reflexiones construidas a partir de las ideas de Paulo Freire y la actuación del Foro de Pro-Rectores de Extensión de las Instituciones Públicas de Educación Superior Brasileñas contribuyeron para la construcción del reconocimiento de la relación social de la universidad y de la extensión universitaria. La efectuación de este reconocimiento se da a partir del establecimiento del PROEXT y de la presencia de la extensión en el Plano Nacional de Educación.

Palabras-clave: Enseñanza Superior; Financiación Pública; Función Social

Introdução

A relação entre universidade e sociedade sofre mudanças de acordo com o contexto em que a instituição está inserida. As universidades são reflexos da sociedade e acompanham as transformações que ocorrem nos âmbitos político, social e econômico. Para Chauí (2001), a universidade é uma instituição social que reproduz o modelo de sociedade da qual faz parte.

Essa relação fica evidente a partir da análise da construção histórica do Ensino Superior no mundo, em que as universidades foram sendo criadas para atender a demandas das classes privilegiadas, sejam demandas políticas, culturais, sociais ou econômicas, e reestruturaram-se em razão da pressão do ambiente externo e dos tensionamentos do ambiente interno (FAGUNDES, 1986; RIBEIRO, 1992; TRINDADE, 2000).

Ao reconhecer-se esse processo, adota-se a perspectiva de que a universidade tem grande potencial, tanto na expectativa de transformação, quanto de conservação social (FAGUNDES, 1986). A Extensão, função mais recente da universidade, vem trilhando um caminho de reflexão e debate sobre o seu potencial enquanto instrumento de potencialização da função social da universidade.

Inicialmente, o compromisso social das universidades era o ensino; entretanto, com a Revolução Industrial e o novo sistema de produção, as instituições passaram a incorporar a formação de mão de obra com o propósito de servir aos interesses do capital. Nesse cenário, surgiu a pesquisa com o objetivo de descobrir novos conhecimentos, e a universidade assumiu a função de transmitir o saber produzido através da prestação de serviços e oferta de cursos para os excluídos dos bancos escolares, com o propósito de atender aos interesses das classes dominantes (FAGUNDES, 1986).

O século XIX foi marcado por mudanças sociais, e as universidades começaram a refletir sobre como ampliar sua atuação com a prestação de serviços, de forma a responder às demandas da sociedade. A Extensão, na América Latina, surgiu num contexto em que a universidade se percebe compelida a responder às demandas sociais e a ultrapassar a formação de elite como sua única função (SOUSA, 2001; DE PAULA, 2013).

A Extensão Universitária, hoje reconhecida institucionalmente e, no caso brasileiro, estabelecida via Constituição e demais leis, como o Plano Nacional de Educação, tem sido idealizada como uma das formas de aprofundar a relação das universidades com a sociedade.

Para Jezine (2001), a Extensão Universitária representa a dimensão social da universidade, a forma que esta encontra para tentar responder aos anseios e desejos das classes socialmente excluídas. A Extensão, como compromisso social da universidade, surgiu dentro de uma conjuntura de política de educação enquanto política social.

Dessa forma, assim como a política social surgiu para proteger, em alguma medida, as forças produtivas necessárias ao sistema capitalista e acabou se mostrando capaz de desvelar as contradições do capitalismo, nasceu também a Extensão com propósito de minimizar as demandas da sociedade em relação ao acesso à educação e à formação profissional. Por outro lado, a Extensão igualmente pode superar sua concepção inicial e se constituir como importante instrumento de transformação social (FAGUNDES, 1986).

A Extensão Universitária brasileira foi construída a partir do modelo de universidade popular da Europa, do modelo norte-americano e da proposta de universidade inspirada no movimento estudantil de Córdoba (DUTRA; CASTIONI, 2017). Tais modelos representam, respectivamente, a disseminação de conhecimento, a prestação de serviços e a abertura da universidade, e estão relacionados a um panorama político e ideológico. Para Gurgel (1986), no caso brasileiro, essa relação fica evidente a partir de uma concepção crítica de Extensão oriunda do movimento estudantil, da UNE e das experiências desenvolvidas pelo método de Paulo Freire.

Nesse sentido, o liberalismo - que permeou o processo de desenvolvimento da educação brasileira - aparece, de forma clara, no primeiro estatuto das universidades, ao limitar a Extensão a cursos e palestras (BRASIL, 1931). A proposta dessa Extensão era propagar os ideais da classe que mantinha o poder e contribuir para o controle social.

Botomé (2001), ao analisar essa conjuntura, entende que a forma de manifestação da Extensão, limitada à prestação de serviços, que buscava compensar a ausência do Estado, não contribuía para a transformação social esperada.

As reformas sociais, os movimentos sociais e estudantis do século XX contribuíram para uma quebra de paradigma e para a inclusão da compreensão de universidade como um espaço democrático e de reflexão crítica.

A conjuntura política, econômica e social, ao final do século XX e início do século XXI, refletiu na falta de investimentos no Ensino Superior público e desencadeou

algumas discussões e reflexões sobre o papel da Extensão diante dessa conjuntura. As universidades se viram diante de uma cobrança para que assumissem uma nova responsabilidade em relação às questões sociais emergentes (SOUSA, 2001).

A constituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária, ao final dos anos 1980, contribuiu para o debate sobre o papel da Extensão, debate que tem convergido para a definição de uma função social, cuja responsabilidade é a de ajudar a transformar a sociedade. A Instituição surgiu em 1987, dentro de um contexto de elaboração da Constituição Federal, que, em seu artigo 207, retomou a Extensão Universitária em documentos legais, e definiu como um princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão, dispondo as universidades de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (BRASIL, 1988).

Para o Fórum, a Extensão deve ser capaz de articular o ensino e a pesquisa e de propiciar a relação transformadora entre universidade e sociedade. Essa relação é considerada como oportunidade de aprendizado para os docentes e discentes, que devem levar de volta à universidade o saber aprendido e estabelecer uma reflexão teórica, para que se produza um novo conhecimento, baseado no confronto entre teoria e prática. Esse processo, que possibilita a troca de saberes acadêmico e popular, permite, além do confronto da teoria com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da universidade (RENEX, 2001).

Leonardo Boff (2018) salienta que as universidades não devem ser encaradas como um meio de reprodução de uma sociedade que ele denomina discricionária, nem como uma fábrica de engrenagens para a manutenção do sistema que impera na atualidade. As universidades precisam retomar seu caráter de formação de um pensamento crítico, especialmente diante da realidade brasileira, e do intenso aprofundamento das desigualdades sociais. O principal desafio dos que pensam a Política de Extensão e dos que desenvolvem Extensão Universitária tem sido refletir sobre a própria função da Extensão e o compromisso social das instituições. Entretanto, repensar a Extensão apresenta sentido se ela puder contribuir para a desconstrução do paradigma de que universidade se resume à ensino e pesquisa, produção de conhecimento e aplicabilidade do saber produzido. Desenhar ações de Extensão a partir do olhar da universidade como instituição social, como defendido por Marilena Chauí (2001), implica conhecer e reconhecer o contexto social, político e econômico do espaço onde ela será desenvolvida.

Assim, este trabalho objetiva apontar elementos que contribuam para a reflexão sobre a importância da Extensão Universitária, seu processo de reconhecimento e posterior descaso diante do contexto social, político e econômico.

Metodologia

Este artigo decorre de projeto de tese de doutorado em Política Social e Direitos Humanos na Universidade

Católica de Pelotas, e está vinculado ao grupo de pesquisa Emancipação: Trabalho, Saberes, Outras Economias, Movimentos Sociais e Democracia. Para a elaboração deste trabalho, realizou-se análise de documentos e pesquisa bibliográfica sobre a área de Extensão Universitária.

A pesquisa documental permite ao pesquisador conhecer melhor a trajetória do objeto de pesquisa, estrutura das instituições participantes da pesquisa, assim como o seu funcionamento e, principalmente, auxiliar na identificação dos atores-chave da pesquisa empírica. Apoiar-se nas considerações de Gil (2010) sobre a importância de se apropriar de dados já consolidados, em quantidade relativamente superior ao que se pode obter ao coletá-los diretamente. É evidente e imperioso que a verificação da natureza e a validação de documentos sejam realizadas de forma criteriosa, como garantia da fidedignidade dos dados a serem utilizados.

Para tanto, na pesquisa documental, foram identificados relatórios do Ministério da Educação Superior, documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, o Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária, editais do PROEXT de 2003 a 2016, o Plano Nacional de Educação - PNE, documentos resultantes de comissões e/ou grupos de trabalho que antecedem a aprovação do PROEXT, da Política Nacional de Extensão, e demais ações importantes para a Extensão Universitária.

Quanto à pesquisa bibliográfica, uma etapa extremamente importante, buscou-se material existente sobre o assunto e demais temas relacionados a ele, a fim de trazer subsídio teórico e prático à investigação. Nesse sentido, Gil (2010) considera como uma das grandes vantagens da pesquisa bibliográfica a possibilidade de uma ampla cobertura de fenômenos e dados já estudados, principalmente para pesquisas que precisam percorrer grandes distâncias em busca desses dados.

Resultados

Do reconhecimento à “ponte” para o descaso da Extensão no Brasil

O processo de reconhecimento da importância da Extensão Universitária nas instituições de Ensino Superior brasileiras está diretamente relacionado à trajetória do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira.

Como já referido anteriormente, o Fórum de Pró-Reitores surgiu a partir de um movimento nacional que discutia, entre outros temas pertinentes, a relação da universidade com a sociedade. Para além de institucionalizar a Extensão como uma diretriz acadêmica e reivindicar formas de financiamento, o Fórum entendia como sendo seu objetivo, por intermédio da Extensão Universitária, a luta pela democratização do conhecimento produzido e o cumprimento da função social das instituições de Ensino Superior. O grupo passou a ser uma importante ferramenta de interlocução com o Ministério da Educação (NOGUEIRA, 2001).

Nesse viés, o trabalho do Fórum resultou na elaboração do I Plano Nacional de Extensão e, posteriormente, a partir de sua intensa interlocução com o Ministério da Educação, o Programa de Apoio à Extensão foi retomado em 2003. O Programa foi ganhando relativo destaque nos anos subsequentes, sendo reformulado, em 2008, para Programa de Extensão Universitária. O PROEXT foi o principal programa de financiamento da Extensão Universitária desde então, tendo sido interrompido após a implementação de políticas de austeridade, a partir de 2016.

Em 2012, foi aprovada a Política Nacional de Extensão, após um período de reflexão sobre os limites e potencialidades do Plano elaborado em 1998. O grupo de Pró-Reitores, que ali representavam suas instituições de origem, elaborou a Política e definiu estratégias que contribuíssem para a transformação da universidade em um instrumento de mudança social.

Soma-se a estas conquistas a curricularização da extensão a partir de sua inclusão no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Esta tem sido uma das pautas do Fórum de Pró-Reitores ao longo dos últimos anos e, com sua institucionalização regulamentada, pelo Ministério da Educação, em dezembro de 2018, as instituições devem garantir o mínimo de 10% do currículo em atividades de extensão até 2021 (BRASIL, 2014; MEC, 2018).

Para Nogueira (2013), o conceito de Extensão construído pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão contribuiu significativamente para o processo de criação do PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária, no ano de 1993, durante o governo de Itamar Franco, assim como influenciou os debates que antecederam a elaboração do Plano Nacional de Extensão, em 1998, e a atual Política Nacional de Extensão Universitária, publicada em 2012.

O processo, ainda que embrionário, de reconhecimento da função social das universidades e da importância da Extensão Universitária para as questões sociais, sofreu uma ruptura com a chegada de Fernando Henrique à Presidência da República, em 1995. O País adotou uma política de contenção de gastos para atender às recomendações dos organismos internacionais de financiamento, e as instituições de Ensino Superior foram duramente atingidas com o corte de investimentos e de recursos para o próprio custeio. Como consequência, a Secretaria de Educação Superior, imediatamente, suspendeu o PROEXTE, interrompendo o processo de construção de projetos e programas de Extensão, os quais contrariavam o senso comum de assistencialismo e prestação de serviços (NOGUEIRA, 2005).

O programa foi retomado, a partir de 2003, no primeiro governo Lula, por um processo de interlocução entre o Ministério da Educação e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Naquele período, o programa foi denominado Programa de Apoio à Extensão Universitária, direcionado às Políticas Públicas, ratificando a ideia de que as universidades podem ser um contributo para a implementação de políticas públicas e, por consequência, políticas sociais.

Em 2008, foi institucionalizado o Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT, pela promulgação do Decreto nº 6.495, que o instituiu e o definiu como sendo “destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos da Extensão Universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade” (BRASIL, 2008).

No período de 2014 a 2016, houve um acréscimo considerável em relação ao edital proposto em 2003. Para o ano de 2014, o edital do Programa possibilitava que cada instituição concorresse ao limite máximo de aproximadamente R\$ 8 milhões, distribuídos entre programas e projetos. Em 2015, o valor passou para, aproximadamente, R\$ 15 milhões e, em 2016, o governo manteve o montante de investimento, possibilitando que as instituições apresentassem propostas para concorrer até o valor máximo de, aproximadamente, R\$ 16 milhões.

No período de 2003 a 2016, o PROEXT apoiou 5.120 ações de Extensão, realizando investimentos no montante de R\$ 461,22 milhões (MEC/SESu/DIFES, 2016). O gráfico a seguir demonstra a evolução de ações de Extensão financiadas por intermédio do PROEXT (Figura 1).

Diante do crescente investimento realizado em ações de Extensão Universitária por meio do PROEXT, principalmente durante os dois governos de Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, conforme dados apresentados acima, percebe-se a ressignificação do tema, tanto para as IFES quanto para o governo, através da descentralização de recursos para a execução do programa, que é uma política pública. Nos dois últimos anos do Programa, 2015 e 2016, é possível perceber os efeitos das novas medidas econômicas que começavam a ser adotadas e tem sido intensificadas na atualidade.

A partir do desenvolvimento e expansão da política governamental de financiamento da Extensão, iniciados em 2003, inclusive com ampliação das áreas temáticas

atendidas no programa, as instituições de Educação Superior públicas conquistaram a possibilidade de desenvolver suas ações de Extensão com um aporte de recursos financeiros anteriormente tão escassos ou, por vezes, inexistentes.

Considerando o contexto de construção e desenvolvimento da Extensão Universitária, principalmente a partir das Universidades Públicas Federais, é possível identificar que a Extensão ganhou uma sobrevida considerável durante o período de 2003 a 2016.

Como consequência das recentes políticas econômicas adotadas no Brasil, a partir, principalmente, de 2016, as políticas sociais se depararam com um cenário de incertezas, diante da primazia das questões econômicas sobre as sociais nos governos neoliberais. Nesse contexto, as universidades públicas e todos os seus programas e ações também enfrentaram as consequências da nova política de austeridade, incluindo o cancelamento de repasse dos recursos do Edital PROEXT de 2016, o que inviabilizou o desenvolvimento das ações propostas e a efetivação das políticas fomentadas pelo Programa (FORPROEX/CARTA-MANIFESTO DE NATAL, 2018).

Ainda em 2016, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão já sinalizava preocupação com a redução de financiamento das políticas públicas na Extensão e com a conjuntura que se instalava no país, permeada por políticas de austeridade que incluíam o corte de investimentos em políticas sociais primordiais, entre elas saúde e educação. A Instituição reiterou sua defesa pela Educação Superior pública e gratuita e pela manutenção das ações de Extensão e sinalizou que, com a aprovação da Emenda Constitucional que estabelecia um teto para gastos públicos, o cumprimento da função social das instituições públicas ficaria comprometido (FORPROEX/CARTA DE OURO PRETO-MG, 2016).

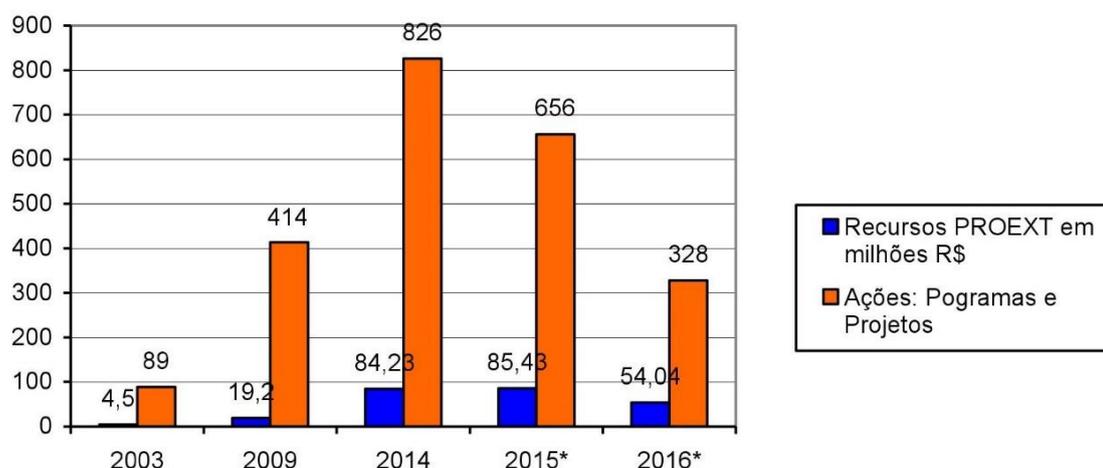


Figura 1. Evolução de ações de Extensão financiadas por intermédio do PROEXT. Por período, por valor e número de ações aprovadas, 2003, 2009, 2014, 2015 e 2016.

* Dados não oficiais, construídos a partir da interpretação da publicação dos resultados dos respectivos editais.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos editais do PROEXT e MEC/SESu/DIFES 2016.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como a PEC do teto dos gastos públicos, impactou diretamente na agenda dos direitos sociais e, consequentemente, das políticas sociais. A deterioração dos indicadores econômicos sociais – conforme previsto no documento “Austeridade e retrocesso – finanças públicas e política fiscal no Brasil”, publicado em setembro de 2016 pelo Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e Plataforma Política Social – concretizou-se, consoante relatado em um novo documento publicado, recentemente, em agosto de 2018 (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Logo após o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, com a implementação do Programa Ponte para o Futuro, de Michel Temer, cujas ações foram apoiadas por grandes empreiteiras e por setores do agronegócio, pelo monopólio dos meios de comunicação em massa e pelo capital internacional (LIMA, 2017), a relação entre universidade e sociedade começou a sofrer enorme repressão. A situação de contingência imprimida às políticas sociais atingiu a educação superior e a Extensão Universitária, assim como se transformou em uma barreira para a efetivação da função social da universidade.

O FORPREX, durante o XLI Encontro Nacional de Pró-Reitores, realizado em 2017, na Bahia, destacou que a ausência de recursos e de novos editais PROEXT tem prejudicado o desenvolvimento de projetos e de programas. O documento elaborado ao final do encontro apresentou algumas diretrizes, como: resistência às pautas desarticuladoras da concepção de Ensino Superior público; articulação das instituições de Ensino Superior para reivindicar a publicação de edital para aquele ano e o cumprimento do edital de 2016 (FORPROEX/CARTA DE PORTO SEGURO, 2017).

Com o avanço das políticas de retrocesso no que diz respeito às questões sociais e com a retomada, principalmente, da avalanche neoliberal, as desigualdades sociais estão ainda mais profundas e devastadoras. Frente a esse contexto, os pequenos avanços e conquistas obtidos em relação às políticas sociais e, especificamente, aos investimentos realizados no Ensino Superior e na Extensão Universitária, foram praticamente abandonados.

Historicamente, as universidades brasileiras, em decorrência do pouco investimento que recebem e de seus orçamentos apertados, terminam por priorizar seus recursos para o desenvolvimento do ensino, melhorias na infraestrutura, desenvolvimento de pesquisas, destinando para a Extensão Universitária um orçamento muito menor do que o necessário para o desenvolvimento de suas ações. Nesse sentido, uma política de financiamento específica para a área de Extensão é extremamente importante e tem sido uma preocupação constante nos encontros de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

O cenário não se mostra nada promissor para a área da Extensão Universitária e do Ensino Superior público. As medidas que vêm sendo adotadas colocam em risco as

conquistas obtidas durante os anos de 2003 a 2016, principalmente no que diz respeito ao financiamento das ações extensionistas através do PROEXT, e ao reconhecimento do lugar da Extensão dentro das instituições.

Considerações finais

As universidades desenvolvem ações de Extensão em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, cultura, esporte, entre tantas outras tão importantes, apresentando algumas delas abrangência regional. Desenvolvem projetos com a participação de movimentos sociais, comunidades tradicionais, escolas, conselhos municipais, representações de bairros, englobando crianças, jovens, adultos e idosos.

Pode-se considerar que a imensa gama de projetos e programas que foram desenvolvidos através das instituições de Ensino Superior públicas, principalmente a partir de 2003, com a retomada do financiamento oferecido pelo PROEXT, tem grande impacto nas regiões em que se insere. Essa, inclusive, é uma das diretrizes das ações de Extensão defendida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão: Impacto e transformação social.

Esse é um importante elo entre Extensão Universitária e política social, ambas buscando sua concretização como instrumento de transformação social, contrapondo-se à política neoliberal, que encara investimentos em direitos sociais como custos, a exemplo do que o Brasil tem experimentado a cada novo ciclo do capitalismo.

As políticas desenvolvidas pelo Estado Brasileiro, atualmente, buscam o ajuste fiscal, o pagamento dos juros da dívida pública e, principalmente, a redução dos investimentos em políticas sociais como saúde, assistência social e educação, conforme se pôde identificar com a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos – EC 95/2016.

Diante desse novo cenário político, econômico e social, um dos novos desafios de quem planeja e executa Extensão tem sido a luta por garantia de recursos orçamentários que possam dar suporte para o desenvolvimento das ações extensionistas, que passam a fazer parte do currículo e, obrigatoriamente, devem integrar o processo de ensino nas instituições de Ensino Superior a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014).

Dessa maneira, as ações de Extensão desenvolvidas pelas instituições de Ensino Superior, a partir da concepção de uma relação dialógica, como defendia Paulo Freire, representam um elo de interlocução entre a academia e a sociedade. Diante do contexto econômico, político e social vivenciado no Brasil, essa união de forças torna-se ainda mais relevante e urgente.

Referências

BOFF, L. **Brasil: Concluir a refundação ou prolongar a dependência?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

- BOTOMÉ, S. P. Extensão Universitária: Equívocos, Exigências, Prioridades e Perspectivas para a Universidade. In: FARIA, D. S. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 159-175.
- BRASIL. Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 10 set. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em: 10 set. 2018.
- BRASIL. Decreto Nº 6.495, de 30 de junho de 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm > Acesso em: 12 set. 2018.
- BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm > Acesso em: 10 set. 2018.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.
- DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces (UFMG)**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.
- DUTRA, N. L.; CASTIONI, R. A reforma de Córdoba e os projetos de universidade na América Latina – a proposta de Anísio Teixeira para o Brasil em que se assemelham? **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 7, p. 52-73, 2017.
- DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.
- FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Unicamp, 1986.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. **Carta de Ouro Preto-MG**. Encontro Nacional do FORPROEX, 40, Ouro Preto, MG, 06 de setembro de 2016. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_de_Ouro_Preto_-_XL_FORPROEX.pdf > Acesso em: 18 Jan. 2019.
- FORPROEX. **Carta de Porto Seguro-BA**. Encontro Nacional do FORPROEX, 41, Porto Seguro, BA, 19 de maio de 2017. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_Porto_Seguro-2017.pdf > Acesso em: 18 jan. 2019.
- FORPROEX. **Carta – Manifesto de Natal**. Encontro Nacional do FORPROEX, 43, Natal, RN, 27 de junho de 2018. Disponível em: < https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_manifesto_de_Natal_2018.pdf > Acesso em: 25 dez. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GURGEL, R. M. **Extensão universitária – Comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.
- JEZINE, E. M. Multiversidade e Extensão Universitária. In: FARIA, D. S. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 127-138.
- LIMA, K. Políticas públicas no Brasil de hoje: uma ponte para qual futuro. Jornada Internacional Políticas Públicas, 8, 2017, São Luis, MA, 2017. **Anais...** São Luís: UFMA. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/politicaspUBLICASnobrasildehojeuMaponteparaqualfuturo.pdf> > Acesso em: 17 nov. 2018.
- MEC. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 15 jul. 2018.
- MEC/SESu/DIFES. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003–2014**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192 > Acesso em: 25 jul. 2018.
- NOGUEIRA, M. D. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Contextual. In: FARIA, Doris Santos (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 57-72.
- NOGUEIRA, M. D. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- NOGUEIRA, M. D. D. P. (Org.). **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.
- RENEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano nacional de extensão**. Brasília: FORPROEX. 2001. Disponível em < <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pl>

[ano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf](#) >
Acesso em: 28 jul. 2018.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUSA, A. L. L. Concepção de extensão universitária. Ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, D. S. (Org). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 107-126.

TRINDADE, H. (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. 2º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Como citar este artigo:

KOGLIN, T. S. da S.; KOGLIN, J. C. de O. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 2, p. 71-78, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658/pdf> >